

A territorialidade e a sustentabilidade ou a ecologia do espaço político

*Carlos Santos **

Introdução

O território é um ambiente político produzido a partir de materiais disponíveis em um dado recinto da superfície terrestre. Ou, de modo ratzeliano, uma delimitação espacial por parte de um determinado grupo humano organizado, como estratégia de afirmação perante outros grupos. Ou ainda, no espírito de ambas formulações, a estruturação de uma malha contida de objetos espaciais, naturais e/ou construídos, que atuam como instrumentos exossomáticos de um dado corpo étnico-sociocultural. O que irá garantir a consistência dessa territorialização é a capacidade por parte dos agentes em transformar em recursos tanto o conteúdo natural de tal espaço como ele próprio.

Dessa forma, assume-se a produção territorial como a elaboração de recurso(s), ou seja, como um complexo de práticas sociais capazes

de extrair propriedades válidas dos materiais disponíveis, de acordo com o modo de produção vigente entre os agentes do processo territorial (Raffestin, 1993). Portanto, considera-se a territorialidade como um complexo de práticas estabelecidas na relação entre um grupo organizado, modernamente uma sociedade, e o seu espaço. A questão que se coloca é concernente à natureza das práticas, isto é, tanto as que dizem respeito ao manejo ambiental como as intrínsecas à estrutura social.

Ou seja, de um lado, dado o conhecimento atual de que se dispõe de um estoque não renovável de natureza, a exploração de seus materiais implica numa postura ecológica, isto é, na preservação de seus ciclos regenerativos (Nosso futuro comum, 1991). Em vista desse fato, o processo territorial deve produzir recursos garantindo a sustentabilidade de sua base

ecológica. O que significa assumir o espaço terrestre como um sistema fechado, ou seja, a disponibilidade de seus materiais possui um limite, eles têm uma finitude, e, em termos do âmbito do planeta, o próprio espaço também é finito.

Por outro lado, o processo territorial, evidentemente, não consiste apenas na relação sociedade e espaço, abrange também a relação entre os membros dessa sociedade, desse modo, a produção territorial depende também de uma outra ecologia, qual seja, da forma como as relações sociais se desenvolvem. A natureza dessas relações são importantes na medida em que o complexo social, como o complexo natural, deve ser encarado, também, como um sistema fechado. Quer dizer, as relações sociais têm que construir uma sustentabilidade, na estrutura do seu tecido, envolvido na elaboração dos recursos, uma vez que esse tecido é a fonte de produ-

ção de valor, na medida que o ato de produzir é constituído de trabalho, cuja continuidade depende, enfim, da reciclabilidade do circuito social

Ora, impõe-se, por força das premissas acima, a constatação de que a elaboração da territorialidade implica na gestão de dois mananciais de recursos que, ao modo de cada um, se constituem em sistemas fechados. Implicando, desse modo, que a mesma racionalidade utilizada no gerenciamento dos materiais, visando garantir a produção de recursos, deve gestionar as relações sociais, objetivando assegurar uma acessibilidade igualitária tanto ao trabalho quanto aos insumos produzidos. Porquanto a exclusão social gera o mesmo grau de instabilidade que a ocasionada pela depredação ambiental.

Portanto, pretende-se argumentar neste trabalho como o processo de construção territorial deve manter a sustentabilidade da produção de recursos a partir de um estoque natural limitado de materiais e de espaço, sendo determinado por relações sociais tais, cuja sustentabilidade, por sua vez, também depende de uma finitude que é dada pelo limite da tensão social.

Esta discussão dar-se-á no âmbito da abordagem geográfica, ou seja, parte-se da consideração de que a referida disciplina é essencialmente política no trato da realidade espacial. Assim, assume-se o seu caráter científico, de início, fundado numa racionalidade flexível, isto é, não mecanicista (sem a prevalência do tecnicismo) e, portanto, não utilitarista (sem o exclusivismo economicista), enfim, sem o ranço naturalizante do positivismo, reconhecendo, assim, o nexos interesse-conhecimento (Habermas, 1987). Melhor dizendo, admite-se uma dinâmica dialética no processo social de produção de formas espaciais, no caso, a produção territorial, e como sendo por

excelência do âmbito político, daí toda plasticidade e complexidade social do processo. Ou, por outro ângulo, aborda-se, em linhas gerais, a valorização espacial por uma dada lógica produtiva que se tem revelado essencialmente rígida, porquanto unicamente interessada na sua própria dinâmica de acumulação, qual seja, a racionalidade capitalista, implicando, em decorrência, a consideração de que o processo de modernização, isto é, a aplicação da racionalidade ao complexo de práticas tanto sociais quanto ecológicas ainda é um projeto válido (como contraponto ao chamado pós-modernismo [Rouanet, 1987]). A questão é, portanto, saber-se porque a modernidade impõe uma racionalidade no âmbito privado mas a rejeita na esfera pública (por exemplo, desenvolve-se alta racionalidade na produção privada porém ojeriza-se a regulamentação do mercado). Assim, cabe nesta discussão um posicionamento crítico ao se intentar pleitear uma racionalidade ampla e irrestrita no trato quer do manejo ambiental, quanto do caráter das relações sociais vigentes.

A geograficidade de uma complexidade

Nos moldes de Kuhn (1970) pode-se dizer que se está atualmente diante de um novo paradigma científico. Pois, desde o advento do desafio do caos (Gleick, 1990; Brunet, 1991), isto é, desde a descoberta de que sob a aparente regularidade no comportamento dos fenômenos escondem-se disritmias provocadas por inusitados pontos de atração, os chamados atratores estranhos, que a realidade ganhou uma dimensão insuspeitada. Essa nova configuração pode ser definida como uma situação de contínua fase ou instabilidade (Gleick, 1990; Prigogine, 1990). Assim, o complicado nó do real, que parecia passível

de ser desatado pela posse do código correto, mostrou constituir-se de uma complexidade muito mais profunda e intrincada. Ou seja, a "ordem" natural é uma composição de disposições alheias à ordenação usual criada pela razão humana, cujo vislumbre provoca radicais mudanças na sua concepção, como demonstram os atratores e os fractais (Gleick, 1990). Exatamente porque a lógica racional tende a simplificar o processo do real, mutilando-o, visando encontrar uma estabilidade, traduzida pela regularidade (formalizada em leis) (Morin, 1984). Ou seja, a partir de variáveis consideradas representativas estabelecem-se modelos de estruturas cuja dinâmica seria de um sistema tendendo à entropia. Quer dizer, trabalha-se com um contexto tido como estruturado ou em vias de alcançar uma previsível estruturação. Ora, a instabilidade cria uma matriz de estruturas completamente imprevisíveis. Isso significa que a dissipação/entropia não é o limite. Assim, como afirma Prigogine (1990, p. 74), depara-se com um cenário que não se coaduna com o antigo conceito de entropia. Esse cientista defende que a entropia na verdade é uma exponencial estruturação da realidade. Desse modo, tem-se uma dinâmica de acelerada complexidade a nos envolver e a nos desafiar. O tempo, portanto, é contínua criação exatamente por ser pura instabilidade.

E o espaço? Parece ser um desdobrar-se de progressivas estruturas complexas. Ou seja, um continente instável capaz de gerar uma temporalidade criativa. Quer dizer, o espaço é algo que ao possibilitar o movimento, o tempo, e revelar-se energia e matéria, torna-se, portanto, uma dinâmica tessitura de possibilidades (ou de espacialidades produzindo temporalidades). Tais possibilidades, entretanto, se

apresentam em contextos discretos, como é o caso do nosso planeta embora complexo ao extremo, é finito, porquanto único (uma certa espacialidade com uma dada temporalidade). Mas, evidentemente, nosso planeta é uma tessitura que ao comportar o caráter instável da realidade abre-se em potencialidades, como a do ser humano. Este se afigura um sistema orgânico de estrutura tão complexa ao ponto de se auto saber e de se auto projetar nas coisas ao seu redor através da invenção de um complexo simbólico que o (re)cria continuamente para si mesmo (Foucault, 1992). Nessa mediação (re)criada situa-se a complexidade da relação com a realidade. Pois, a objetividade buscada depara-se com a subjetividade da construção simbólica, ou, como analisa Morin, trata-se da condição de que "O cérebro está aberto para o mundo exterior e o homem tem uma abertura infinita sobre o infinito do mundo. Ao mesmo tempo, como já referi, o cérebro é um órgão encerrado numa caixa negra a mensagem que lhe chega dos sentidos não é nunca direta, é sempre codificada, traduzida, e o cérebro interpreta estas mensagens traduzidas para reconstituir, à sua maneira, a imagem do original. Não há nenhum critério intrínseco que permita diferenciar uma alucinação de uma percepção" (Grito nosso) o que prova bem que nada nos diz, de uma forma infalível e certa, que o que cremos ver é verdadeiramente visto, é verdadeiramente real" (1984, p. 25). Ou seja, a incerteza é uma condição inerente ao processo de conhecimento.

Assim, pode-se entender que o paradigma da complexidade abrange tanto a realidade externa ao sujeito, quanto a ele próprio. Isto é, trata-se de uma situação de *unitas complex*, uma unidade de diversidade ou uma diversidade da unidade. O que significa considerar

que há uma diversidade a ser preservada, porquanto reconhecida não só como em processo de progressiva diferenciação, como a forma de apreensão dessa diversidade implica numa complexa interação de metodologias. Ou seja, para se fazer ciência deve-se apoiar em diversos caminhos e referenciais, valendo uma multiplicidade de meios, tanto acadêmicos, quanto os oriundos das mais diversas práticas culturais (Morin, 1984; Feyerabend, 1977). Porém, sem perder o caráter progressivo da racionalidade científica, enquanto diretriz de métodos e de metodologias pois, como adverte Habermas, é preciso evitar-se o "vale tudo", caso contrário vai se admitir que "a fé nas bruxas deve, então, poder rivalizar seriamente com a mecânica de Newton" (1987, p. 328). O horizonte dessa abordagem pode ser descrito como o esforço de estabelecer-se um certo padrão nomotético, objetivamente crítico, em meio à aleatoriedade de fenômenos absolutamente idiográficos (há, obviamente, um problema, ou uma crise, de caráter metodológico mas não epistemológico), ou, construir um discurso científico transdisciplinar que supere o "caráter exclusivamente operacional do método experimental", fundamentando-se na complexidade do "ruído" (Atlan, 1986).

Mas, geograficamente falando, o que é a complexidade?

De pronto, tem-se o problema da singularidade ou da idiografia dos fenômenos e, simultaneamente, da aleatoriedade do comportamento dos mesmos. Uma pista para o tratamento da singularidade/aleatoriedade em termos geográficos está na noção de caos confinado, *chaos borné*, flutuações complexas de variáveis conjuntas, mas desconexas entre si em um contexto delimitado (Durand-Dastès, 1991,

Dollfus, 1991). Onde, pode-se inferir, cada variável constitui um circuito *per se*, isto é, não evolui para um nível, para uma gradação de integração. Para Durand-Dastès, dependendo do critério genético, isto é, das condições iniciais, é possível a distinção de vários tipos de ordem de acordo com a dimensão e a natureza dos contextos. Pode representar um sistema equilibrado (no cristal) ou um sistema em desequilíbrio (na fumaça). Porém, "le chaos se différencie à la fois de l'ordre et du désordre. À la différence de ce dernier, il présente des configurations identifiables, et un faible nombre de degrés de liberté. Mais il se différencie de l'ordre par l'absence d'autocorrélations spatiales et/ou temporelles, par des fluctuations brutales et, dans les modèles, par le rôle des attracteurs étranges. Ceux-ci sont le résultat de l'action de processus antagonistes, dont certains tendent à faire converger les trajectoires, tandis que d'autres tendent à les faire diverger. Dans tous les processus, la sensibilité aux conditions initiales est forte. Dans les modèles de prévision, il y a une augmentation exponentielle des erreurs" (Durand-Dastès, 1991, p. 2). Portanto, diacronias e disjunções têmporo-espaciais, não sinérgicas, caracterizam um contexto de caos confinado e, importante, constitui-se uma situação que torna praticamente inviável a previsibilidade (como no famoso efeito borboleta).

Além disso, a natureza de fase do caos é apontada por Dollfus quando explica que "Un chaos, c'est un amas d'éléments sans relations dynamiques, seuls peuvent intervenir des contacts de voisinage ainsi dans un chaos de blocs (bloco de rocha bastante diaclasado [Brunet, 1991]). Un chaos, c'est un 'non système'. Il peut préexister à tout système, c'est le 'chaos primordial' qui précède l'ordre des Fondateurs et que l'on trouve décrit dans la plupart des cosmogonies. Mais c'est aussi

une 'catastrophe' au sens qu'en donne R. Thom, c'est à dire l'intersystème, le passage entre deux systèmes différents se succédant dans un même lieu. Le chaos, c'est l'état passif, inorganisé qui précède la mise en place d'un ordre ou qui se place entre deux ordres. Si, dans les cosmogonies, l'ordre sort du chaos originel, le chaos qui signe la mort d'un système n'est cependant pas toujours la matrice d'un nouveau système' (1991, p. 1). Sendo assim, enquanto um modelo de instabilidade qual seria a aplicabilidade do caos para o problema da territorialidade através de uma sustentabilidade eco-social?

A produção territorial, evidentemente, processa-se através de um turbilhão de interesses que se manifestam via estratégias múltiplas de agentes os mais diferentes, desde indivíduos, famílias, empresas, governos, partidos, associações e outros, cujas ações se expressam inevitavelmente em meios e/ou formas espaciais. É claro que semelhante contexto é um verdadeiro campo de tensão dadas as contradições em jogo. Sendo patente a complexidade, seria óbvia nessa ebulição uma situação de fase?

A produção territorial: uma ligeira visão do caso brasileiro

O que é o território? Raffestin, buscando tratar com rigor científico o problema, estabelecendo a distinção entre noção e conceito, isto é, o conceito de território sendo construído a partir da noção de espaço, coloca a questão da seguinte forma:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático

(ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. Lefebvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território. A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam (rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc.). O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho (seja energia e informação) e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si (1993, p. 143-4).

Dentro desse campo desenrola-se uma dinâmica de poder que se expressa na territorialidade. O processo da territorialidade envolve uma questão de alteridade. Pois significa a relação de um grupo humano com o seu espaço, produzindo seus recursos, mas visando preservar sua identidade ao estimular sua diferenciação (em se sendo o outro do outro). Assim, a territorialidade humana ultrapassa a mera função territorial de posse e domínio (exclusão de outro da mesma espécie) característica do animal e também com forte traço determinístico, para se tornar expressão do caráter identitário de uma comunidade étnico-sociocultural (Raffestin, 1993). Portanto, o território é a (re)produção de uma identidade étnico-sócio-cultural, ou seja, manifestação de uma nação. Nesse sentido, pode-se afirmar que a territorialidade implica numa análise em nível nacional, isto é, à escala do Estado-Nação, enquanto entidade jurídica autônoma e reconhecida como tal. Assim, como

vem acontecendo por exemplo a produção da territorialidade brasileira?

A produção da identidade brasileira começou como uma reprodução, a princípio, da cultura lusitana quando de sua efetiva instalação em terras sul-americanas, e, mais propriamente, da consciência de interesses específicos da então Colônia. Pois, como explica Moraes, 'é somente a partir dessa consciência que é possível falar de Brasil como embrião de uma unidade política com identidade própria e não como mero apêndice do território ultramarino português. O fortalecimento dessa consciência nas elites, é claro, se objetivou num maior grau de enraizamento à terra e num progressivo movimento de conquista territorial que atravessa o processo de independência, sendo inclusive um de seus alimentos. A integridade do espaço potencial de ocupação da Colônia aparece como o grande atrativo da estratégia de compromisso em torno do príncipe português, a qual legitimaria a continuidade dinástica - a unidade do território brasileiro' (1991, p. 169).

Mas, a territorialidade é, essencialmente, um processo de valorização espacial. E, no caso brasileiro, esse movimento começa no Século XVI, segundo Moraes, na sua análise da formação da nossa territorialidade.

A par da atividade agrícola e do escambo que prosseguia, a maior fixação ativava o imaginário dos colonos e das autoridades coloniais quanto às riquezas escondidas na hinterlândia. O contato com os índios, e com remanescentes de expedições ou naufragos espanhóis, vai alimentando uma "geografia fantástica" que animava o desvendamento dos sertões. Tal móvel estimulou precocemente a organização de entradas, processo que conhece uma aceleração com as notícias referen-

tes à descoberta do cerro de Potosí, que a consciência de então considerava mais próximo da costa brasileira. Entretanto na segunda metade do século XVI, observa-se a proliferação de expedições que demandam o interior em busca de minérios, num movimento irradiador que parte de diferentes núcleos costeiros. Além das riquezas minerais, o apresamento do gentil também começa a emergir como móvel dessas incursões, pelo fato de que se expandiu a demanda de braços com a consolidação das plantações (1992, p. 5).

Temos, então, nos moldes da referida definição de Raffestin, a implantação de uma ação sintagmática lusitana no espaço sul-americano, na construção de uma territorialidade, cujo processo, no contexto da época, envolvendo povoamento e exploração efetiva, definida por Moraes de fixação, se solidifica, neste sentido, pela economia açucareira. Assim o quadro é pintado por Moraes:

Enfim, os núcleos originários da formação do território colonial brasileiro encontram-se assentados na época da unificação das coroas ibéricas. Uma obra geopolítica de conquista havia sido realizada. Dos centros de assentamento partiam movimentos de exploração e de povoamento. Os primeiros abriam o conhecimento de novas áreas e definiam percursos, alargando o horizonte do colonizador lusitano e recortando extensas zonas de trânsito e visitação esporádica. Os segundos avançavam nos espaços contíguos, gerando zonas contínuas de ocupação e jogando para adiante as fronteiras do território ocupado. As expedições exploradoras moviam-se tendo por objeto o apresamento dos indígenas ou a perspectiva da descoberta de riquezas naturais. O povoamento avançava apoiado na labuta agrícola, na qual se releva amplamente a

lavoura de cana-de-açúcar. Esta encontra-se em plena expansão no período analisado, constituindo-se os engenhos no maior montante de capital fixado ao solo da colônia (1992, p. 6-7).

De modo geral, a diretriz do processo de territorialidade é dada por uma lógica programática de cunho econômico, ou, em outros termos, por um modo de produção. No contexto do início da produção da territorialidade brasileira (Séc. XVI) vigia o modo mercantilista. Daí as territorialidades em curso na época obedecerem a lógica mercantil, como, ainda, define Moraes:

Sintetizando, a valorização colonial do espaço necessita de agentes "passivos" (submetidos) que se amoldam aos interesses do sujeito colonizador, que os aloca seguindo uma lógica subordinada a um mercado e a um centro difusor externo. Lógica mercantil atraída por recursos raros e por possibilidades de produções complementares de alto valor nas trocas internacionais. O povoamento, a instalação de equipamentos, a fixação de valor, tudo responde a essa lógica, até o momento em que o volume de capital internalizado começa a gerar interesses locais, que podem se antagonizar ou não com os da metrópole, ao sabor das conjunturas. A partir desse momento, a condição subordinada passa a conviver com estímulos autocentrados, abrindo a possibilidade da colonização interna, agregando mais interesses que o intercâmbio metropolitano (s/d, p. 4).

Mas a era mercantilista cedeu lugar ao capitalismo industrial. O modo de produção capitalista produziu uma economia mundializada. No contexto desta, o espaço latino-americano vem desempenhando papéis a cada etapa de evolução da chamada economia-mundo, como mostram Becker, Egler (1993, p. 29).

A América Latina é a mais anti-

ga periferia da economia-mundo. Ela é parte constituinte do processo de formação e desenvolvimento do sistema capitalista mundial, orientada desde o início da colonização para a produção de mercadorias de alto valor para a Europa. Partilhada entre Portugal e Espanha, sua formação econômica foi marcada pelo mercantilismo e sua sociedade moldada à imagem da Ibéria. Seu desenvolvimento ulterior esteve intimamente associado à dinâmica dos centros de acumulação da economia-mundo - primeiro a Grã-Bretanha e posteriormente os Estados Unidos - participando da divisão internacional do trabalho como economias exportadoras de matérias-primas (1993, p. 29).

Desse modo, a territorialidade latino-americana, e particularmente a brasileira, se inserem num sistema econômico mundial organizado em termos de centro-periferia. O que implica em definir a situação das territorialidades sul-americanas como de economias dependentes. Tal condição periférica induziu uma reflexão crítica, provocando importante posicionamento - uma análise, pela ótica latino-americana, do capitalismo periférico. Como relatam Becker, Egler (1993, p. 30):

O Estudo Econômico de América Latina de 1949 marcou o nascimento da economia política cepalina, bem representada no Brasil por Celso Furtado, delineando com clareza a problemática da especificidade do capitalismo periférico. *O Estudo*, coordenado por Raul Prebisch, parte da constatação de que o crescimento da América Latina dependia diretamente do setor exportador, que fornecia as divisas necessárias para a importação de manufaturados. Esta estrutura centro-periferia tenderia a se perpetuar, à medida que sua dinâmica era controlada por decisões tomadas no centro e se acentuaria com a deterioração dos

termos de troca. Nesse contexto, somente a industrialização nacional conseguiria romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento.

Definido o projeto nacionalista de desenvolvimento, cabia implementá-lo. Esse processo passa a ser encaminhado pelo estado. A via estatal de modernização foge do modelo clássico burguês, ou seja, um projeto nacional nos moldes da Revolução Francesa - uma instauração de nova ordem a partir da sociedade contra a ideologia das elites dominantes instaladas no estado. Ora, a via estatal é implementada a partir de elites dominantes, conservadoras, pelo modelo prussiano, que instrumentalizam o estado, condicionando-o a seus interesses. Justamente, é esse o caso brasileiro (particularmente com Vargas a partir de 30), ou latino-americano - uma elite que desde a Colônia tem o estado como patrimônio e a sociedade como massa. Portanto, a produção da territorialidade é vista como um bem privado e não como uma instituição social, pública, uma ampliação do espaço de cidadania. Becker, Egler vêm esse encaminhamento autoritário da seguinte forma:

A manutenção do precário equilíbrio entre as forças do mercado mundial e os interesses dos grupos dominantes nacionais conferiu atribuições crescentes ao estado que assumiu um papel decisivo no momento da industrialização. Ao longo deste processo, cresceu e consolidou-se uma poderosa burocracia estatal, exercendo a dominação política sobre a sociedade civil pouco organizada e desprovida de canais de representação. Nesta burocracia, as Forças Armadas têm papel marcante, embora com níveis diferentes de profissionalização. A modernização conservadora é a via latino-americana para a modernidade, onde o estado negocia com grupos privados a manutenção de

privilégios e a sua inclusão ou exclusão na apropriação da coisa pública, em troca de apoio ao projeto de modernização de cima para baixo (1993, p. 33)

Dessa forma, a apropriação privada da coisa pública transforma o projeto de colonização interna, após o golpe de 64, numa produção de territorialidades destituídas de sentido comunitário, pois trata-se de espacialidades privadas e não de territórios juridicamente afinados com as prerrogativas sociais vigentes para todos. Assim, o território, na ótica autoritária, é um espaço confinado de instabilidade, um *chaos borné*. Ou seja, há uma setorização na condução do processo - isto é, uma clivagem entre suas variáveis, por exemplo entre indivíduo e cidadão, no sentido de que embora o indivíduo funcione eficazmente na produção do território ele não pode apropriá-lo como recurso social, como espaço de cidadania, pois a instância de legitimação lhe é interdita. Portanto, o espaço autoritário é um conjunto que funciona desconexando seus elementos e confinando-se para manter o controle - porém, aumentando o potencial de conflito.

A herança atual do projeto de modernização conservadora, efetivado na produção da territorialidade brasileira, é a de um espaço complexo. Pois, embora dispondo de uma economia bastante industrializada ainda subsistem áreas enormes de profunda pobreza. Há nítidos contrastes entre o tradicional e o moderno - embora o País tenha emergido como uma potência de cunho regional, sua condição é de uma semiperiferia dentro da economia-mundo, ou seja, coexistem no país processos de economias centrais e processos de economias periféricas, porém, em momentos de crise, pode haver uma ascensão ou uma regressão (op. cit.). Para o atual contexto brasileiro se aplica o refe-

rencial de complexidade (conotando fase ou instabilidade) na sua abordagem, então, como sugere a visão de Becker, Egler, diante da ambigüidade da condição brasileira de semiperiferia.

A questão que fica a descoberto, entretanto, é a de como compreender o movimento de uma sociedade heterogênea. Ou seja, já que ela não "evolui" na direção da homogeneidade, qual será o seu comportamento dinâmico? É neste ponto que o conceito de semiperiferia de Wallerstein assume importância. Enquanto síntese contraditória, ela combina, em um mesmo território e em um mesmo momento, espaços e tempos díspares cujo ajuste é conseguido a partir de instrumentos políticos, onde o Estado assume papel central (1993, p. 201).

A sustentabilidade: gestão territorial e manejo ambiental

O que exatamente significa o termo sustentabilidade, no contexto em questão, é a sua dimensão de paradigma. Quer dizer, a consciência de que deve haver uma racionalidade, expressa em estratégias e conseqüentes programas, na relação ecossocial. Ou seja, a extração de meios de sobrevivência do ambiente natural como suporte de um conjunto populacional requer uma organização tal da ação de modo a que aconteça uma adequação plena tanto da demanda quanto do estoque. O que supõe semelhante *axioma*? Rebuscando os gregos, mais precisamente a palavra *synergia* (cooperação), implica que a ação tem que produzir soma positiva - todos ganham para que tudo se recicle. O recurso é de todos. Mas o que é recurso? Para Raffestin

Um recurso é o produto de uma relação. A partir daí, *não há recursos naturais, só matérias naturais*

(Grifo nosso) Estaríamos enganados em pensar que se trata de um problema qualquer de semântica. Trata-se de algo bem diferente e, sobretudo, bem mais do que isso: é uma concepção histórica da relação com a matéria que cria a natureza sócio-política e socioeconômica dos recursos. "Os recursos não são naturais, nunca foram, e nunca serão!" (1993, p. 225)

A chave, então, é dada: a relação é que define o que pode ser recurso. E essa relação é tanto com a matéria quanto com o outro: e é (re)construída no tempo, é histórica. Portanto, trata-se de uma prática social.

Enquanto prática social, a relação com a matéria descortina possibilidades infindas de manejo, como mostra o referido autor:

A referência à matéria é sempre caracterizada por um ponto de vista que permite integrar tal ou tal substância numa prática. O ponto de vista, limitado por definição, implica que nenhuma ação particular esgota as propriedades da matéria, pois elas não são exaustivas para o homem. Assim, uma mudança de prática constitui uma nova relação com a matéria, donde resulta a probabilidade de evidenciar novas propriedades. Estando entendido que uma prática, sempre complexa, mesmo a mais rudimentar, é uma seqüência que apela a um ou vários conhecimentos dos quais alguns surgem na ação, mas outros resultam de uma acumulação anterior atualizada pela memória. Portanto, uma prática não é estável, evolui, ao mesmo tempo, no espaço e no tempo (id., p. 224)

Então, o que é sustentabilidade, enquanto prática social?

Do ponto de vista socioeconômico, a sustentabilidade, enquanto um paradigma, está ligada à questão do desenvolvimento. É o paradigma que orienta o uso de tecnologia de mínimo

impacto no manejo ambiental, visando a obter o crescimento econômico, de um lado, e promover, de outro, a equidade social. A construção desse conceito vem sendo feita pela mobilização, desde o final da segunda guerra, de especialistas nas mais diversas áreas do conhecimento, preocupados com os impactos sociais no circuito natural dos ecossistemas naturais do planeta. Nesses termos, vem emergindo o conceito de desenvolvimento sustentável como "uma nova abordagem, pela qual todas as nações visem a um tipo de desenvolvimento que integre a produção com a conservação e ampliação dos recursos, e que as vincule ao objetivo de dar a todos uma base adequada de subsistência e um acesso equitativo aos recursos". Pois, como está explicado na obra *Nosso futuro comum* (1991, p. 43):

O conceito de desenvolvimento sustentável fornece uma estrutura para a integração de políticas ambientais e estratégias de desenvolvimento - sendo o termo "desenvolvimento" aqui empregado em seu sentido mais amplo. Muitas vezes o termo é empregado com referência aos processos de mudança econômica e social no Terceiro Mundo. Mas todos os países, ricos e pobres, precisam da integração do meio ambiente e do desenvolvimento. A busca do desenvolvimento sustentável exige mudanças nas políticas internas e internacionais de todas as nações.

Em sua implicação sociopolítica, o paradigma da sustentabilidade apela para objetivos de políticas ambientais e desenvolvimentistas, embutidas no conceito de desenvolvimento sustentável, que envolvem estratégias como retomada do crescimento, mas com alteração da qualidade do desenvolvimento (do caráter excludente para o includente), para que se possa atender às necessidades essenciais de emprego,

alimentação, energia, água e saneamento. Outra faceta, é a necessidade de se manter um nível populacional *sustentável*. Também, o esforço para conservar e melhorar a base de recursos - monitoramento das reservas de materiais -, implicando numa reorientação da tecnologia e administração dos riscos. E, enfim, incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões (id.).

Percebe-se, implícita na lógica da sustentabilidade, a busca de uma racionalidade ampla e irrestrita na condução do processo. Pois, como lembra Becker:

Sabe-se bem que a ciência atravessa uma crise, associada à própria crise do sistema capitalista mundial, mergulhando ambos no reino da incerteza. Os grandes paradigmas universalizantes são desafiados por novas tendências. A essência do questionamento à centralidade de processos lineares e de equilíbrio não reside na *rejeição da ciência enquanto compreensão ótima da realidade material, e sim do método científico enquanto tentativa de reduzir a complexidade* (Grifo nosso). Trata-se de reinterpretá-lo como tentativa de compreender a complexidade, significando a sua aproximação com as humanidades e as ciências sociais. Em outras palavras, trata-se da negação da divisão antagônica entre ciência e humanidades e o reconhecimento da cultura como uma arena alternativa em que a ação do homem pode ser eficaz para forjar seu próprio destino (Wallerstein 1991, Becker, 1993, p. 141).

A citada autora, no contexto de uma análise da Eco-92, aborda a plasticidade do conceito de desenvolvimento sustentável, considerando-o uma "caixa preta", dado o caráter geral, instável, de crise global. Tal crítica enfatiza o choque entre as diversas interpretações do conceito, principal-

mente com relação à questão da Amazônia. Nesse sentido, Becker especifica que

Os últimos anos do Século XX correspondem à transição entre a crise da economia-mundo e a implementação de um novo regime de acumulação que, gestado a partir de 1970, tende a dominar no Século XXI. A essência do novo regime é a internacionalização crescente da economia capitalista associada à nova forma de produção introduzida pela revolução tecnológica da microeletrônica e da comunicação, e baseada no conhecimento científico e na informação (op. cit., p. 134)

Face a tal situação, essa autora entende que, com a criação de novas redes de circulação e de comunicação, na nova face do poder, "o desenvolvimento sustentável constitui a face territorial da nova forma de produzir, a versão contemporânea da teoria e dos modelos de desenvolvimento regional" ([sic] op. cit., p. 135). Assim, Becker traça as linhas do modelo

O novo modelo se fundamenta em três princípios básicos. O princípio de uma nova racionalidade no uso dos recursos, o princípio da diversidade, *i.e.*, uso das potencialidades autóctenas em recursos naturais e humanos, significando uma valorização seletiva das diferenças, o princípio da descentralização, implicando não apenas a distribuição territorial da decisão, mas sobretudo a forma inovadora de planejamento e governo, a gestão do território, entendida como um processo em que os esforços do desenvolvimento são baseados na parceria construtiva entre todos os atores do desenvolvimento através da discussão direta, onde normas e ações são estabelecidas e responsabilidades e competências são definidas. Privilegia-se, assim, o poder local como base do desenvolvimento (p. 135)

De modo conclusivo, a produção da territorialidade, no contexto colocado, indica duas variáveis

básicas a considerar-se a logística e a gestão. Para Becker "Logística entendida como preparação contínua dos meios para a guerra - ou para a competição - expressa num fluxograma de um sistema de vetores de produção, transporte e execução. A partir de então, o que conta é a seleção de veículos e vetores para garantir o movimento perene - envolvendo o controle do tempo presente e futuro - seleção de lugares a ela subordinando" (s/d, p. 2). Trata-se da síndrome da *vitesse*, da emergência de uma cultura da velocidade, na dinâmica de processamento de todos os setores sociais (Virilio 1984). A gestão é a diretriz básica da sustentabilidade e que transforma o conceito em instrumento político de regulação, dando-lhe a dimensão de uma nova prática social. Assim, é possível aplicar à territorialidade a regulação política da *vitesse* tecnológica de sua produção e chegar-se a uma gestão do território. Porquanto

A gestão íntegra, assim, elementos da administração de empresas e elementos da governabilidade, constituindo-se como expressão da nova relação público-privada e da logística. Trata-se de um conceito que expõe a nova racionalidade com mais clareza do que o desenvolvimento sustentável, que a esconde sob o discurso de harmonia espacial e equidade temporal. Os riscos e oportunidades acima colocados permanecem - a gestão se constitui como fundamento da possibilidade de competir, o que significa formas mais democráticas ou, pelo contrário, mais excludentes de representação e participação territorial (Becker, s/d p. 3)

A ecologia do espaço político: um instantâneo brasileiro

A fixação de valor como móvel da produção territorial nas condições de semiperiferia, como no caso brasileiro, incorpora a lógica da competitividade, própria do sistema,

a qual explora as vantagens comparativas oferecidas por determinados territórios. Hoje, no âmbito da globalização, ou seja, dentro de uma matriz econômica definida como "aquella que funciona en tiempo real como una unidad en un espacio mundial, tanto para el capital como para la gestión, el trabajo, la tecnología, la información o los mercados" (Castells, Hall, 1994, p. 21-2), a competitividade requer a sintonia com a territorialidade das redes informacionais, criando novo padrão de vantagem locacional. Na dinâmica da produção territorial brasileira o processo de gestão se depara com uma reestruturação territorial em função das transformações científico-tecnológicas e ecológicas (Becker et al., 1993). Pois

Os vetores de transformação científico-tecnológica e ecológica estão presentes no Brasil com particularidades inerentes às suas condições históricas e geográficas específicas. Rompe-se o "tripé" que sustentara a modernização conservadora com a crise do estado que deixa de ser o indutor do crescimento da economia, e o tecido social aflora em sua complexidade. Novas parcerias entram em cena associadas aos vetores de transformação cuja organização em redes é indicativa da estrutura transicional do estado e do território no país (op. cit., p. 1)

Como novo parceiro nessa nova fase surgem as Organizações Não-Governamentais, as ONGs, que "no Brasil se originaram como um fenômeno do poder autoritário. O bloqueio político foi compensado pela abertura de espaços de atuação ao nível local, junto à sociedade civil, com projetos de curto alcance ou de pouca visibilidade. Hoje, embora ganhando peso político e social crescentes, constituem um ator cuja identidade não está definida, correspondendo a formas diversificadas de ação social que variam em

propósitos, articulações e tamanho” (op cit, p 3) Ou como analisa Souza (o Betinho)

No chamado terceiro mundo, as ONGs - vivendo as conseqüências do capitalismo, que se apresentava em sua forma civilizada no primeiro mundo, como o liberalismo e o social liberalismo, e em sua forma primária no terceiro mundo, como as ditaduras militares e os autoritarismos de todo tipo - foram mais contragovernamentais que não governamentais. Tiveram que viver na margem, contra o rumo da ordem” (1992, p 50)

Porém, “com o fim do ciclo militar e a abertura para governos civis e regimes liberais, as ONGs continuaram a crescer e ampliar seu campo de ação. Não eram somente filhas da resistência à ditadura, queriam agora ajudar a construir a democracia. Não eram somente o que faltava às outras organizações da sociedade civil, como a flexibilidade, a autonomia, a criatividade, a eficiência. Descobriram que elas também se constituíram em novos atores para a construção de uma nova sociedade” (op cit, p 51) Nesse sentido, a inspiração ecológica nos recentes ordenamentos territoriais no Brasil indica que

A associação dos recortes territoriais com as ONGs bem revela a estrutura transicional do estado e do território e a imprevisibilidade do final do milênio. Em outras palavras, a desregulação estimulada pelo vetor ecológico, pode significar um movimento para nova regulação associado a um desenvolvimento sustentável mais democrático flexível ou, pelo contrário, um incentivo à fragmentação. Cumpre ressaltar por um lado transferência de terras devolutas do estado para uso dos seringueiros, caboclos e índios, que usariam formas alternativas de organização econômica, so-

cial e territorial, por outro lado, em que pese a importância dessas iniciativas localizadas e embrionárias, por enquanto, na prática grande parte do território Amazônico permanece à margem do circuito produtivo nacional e do controle do estado (Becker et ali, 1993, p 9)

A transformação científico-tecnológica, por sua vez, impõe redes mundiais que operam por circuitos, níveis diferenciados de acesso, dentro dos territórios. No caso brasileiro pode-se falar em três circuitos, em ordem crescente de velocidade de circulação: o do consumo básico - envolvendo a malha viária e a distribuição populacional, o dos negócios - baseado em fluxos aéreos (formais e informais), e o do poder - através do sistema de telecomunicações (op cit). Por conta da operação desses circuitos

Alteram-se, assim as antigas regiões, sem que esta alteração signifique a sua dissolução. Pela simples razão que a economia não é uma abstração e sim uma relação social que se materializa no território, os negócios, os bancos e os fluxos de informação só se instalam num dado lugar através de agentes e interesses locais, historicamente constituídos. Em outras palavras, a forma e o próprio nível de integração física e de relações espaciais é fruto da interação dos centros de comando e dos interesses e iniciativas políticas regionais e locais (op cit, p 20)

Mas, por outro lado, uma outra tendência concomitante à globalização é a de formação de blocos regionais de países e, por conta do fim da bipolaridade, a emergência de um multilateralismo político-econômico, como explica Costa

Um dos fenômenos mais complexos e interessantes dos últimos anos é o da globalização acelerada dos fluxos internacionais. Este processo encontra-se mais consolidado em alguns setores como os das

informações e comunicações em geral e dos fluxos de capitais financeiros, mas tende a envolver rapidamente todo o sistema mundial de troca de mercadorias, bens e serviços de qualquer natureza. Além disso, é unânime a constatação de que a nova configuração política mundial, com o fim da bipolaridade e a tendência à multipolaridade, tem sido responsável pela criação de um ambiente cada vez mais propício ao desencadeamento de iniciativas visando a plena extroversão nas relações internacionais. O resultado é que ao lado da globalização, o multilateralismo tem sido a estratégia dominante nas relações interestatais contemporâneas, com conseqüências diretas no modo pelo qual as nações têm definido e operado as suas políticas externas, aí incluídas a definição de parcerias preferenciais para acordos de toda ordem e as trocas comerciais em geral (1995, p 1)

Sob o signo do certificado “ISO 14000”, para tecnologias poupadoras de matérias-primas e de energia, reciclabilidade e biodegradabilidade, e do “selo ambiental”, para a proteção de patrimônios naturais sensíveis, está havendo mudanças profundas na estrutura industrial, em função do impacto dos fluxos internacionais na variável ambiental, gerando uma produtividade que favorece a competitividade dos detentores desses procedimentos. Porém, Costa adverte

Para os países de economias em processo de ascensão industrial, por outro lado, a entrada em vigor de novas exigências quanto à qualidade dos produtos, aí incluídos os processos ambientalmente sustentáveis, poderá representar de imediato perda de competitividade e de mercado face às economias industriais consolidadas, pois tais países não dominam ainda as tecnologias que sustentam a nova fase de industrialização em curso. Daí porque a definição dos custos da introdução da variável ambiental nos circuitos mundiais de

produção e comércio não pode tornar-se questão relegada ao âmbito exclusivo do chamado livre-mercado, a considerar-se as profundas desigualdades entre as nações envolvidas no processo de globalização em curso e o fato de que as tecnologias em que se baseiam os processos produtivos ecologicamente sustentáveis encontram-se concentradas em poucos países e empresas atualmente (op. cit., p. 4)

Assim, no caso do Brasil tornam-se necessárias medidas de atualização tecnológica, visando o aumento de produtividade, implicando maior valor agregado, como nos setores de semi-elaborados, ainda ligados às antigas vantagens comparativas porquanto

Como é fácil observar, tratam-se de setores da economia que beneficiam-se diretamente das vantagens comparativas do País baseadas em recursos naturais abundantes ou deles dependentes: grandes extensões de solos para uso agrícola; disponibilidade de insolação e recursos hídricos; energia hidroelétrica subsidiada e oferta abundante e diversificada de minérios para processamento industrial; podendo-se acrescentar como recurso potencial, a biodiversidade das enormes extensões das florestas tropicais úmidas. Estes seriam os setores, ao que tudo indica, com os quais o País lograria obter pela primeira vez a conjunção de vantagens comparativas e vantagens competitivas com grandes chances de êxito. Bastaria para isto tirar proveito da tendência de deslocamento dos processos especificamente produtivos desses setores dos países centrais para economias emergentes como a nossa, casos mais evidentes da celulose e do alumínio, já que ambos têm sofrido o efeito de deseconomias representadas por fatores cada vez mais escassos como recursos naturais e energia,

além das exigências ambientais locais. Além do mais, tais complexos industriais, pelo menos no que se refere aos seus estágios produtivos de semi-elaboração e de baixo valor agregado, têm interessado cada vez menos às empresas mais competitivas, que preferem as etapas mais terminais do processo industrial ou o controle das inovações tecnológicas (op. cit., p. 7)

Enfim, o espaço político-econômico parece tender a incorporar definitivamente uma racionalidade ecológica nos procedimentos produtivos. Trata-se de uma unanimidade tanto mundial quanto nacional. Afinal o tratamento racional do meio ambiente é uma conquista da consciência científica e que, portanto, induziu à chancela do capital. Porém, a questão da cidadania permanece. Uma vez que os movimentos sociais não conseguem convencer com a mesma certeza lógica do ambientalismo (uma natureza só, um estoque só). Como tenta Friedmann, (1992) na sua discussão de políticas de desenvolvimento alternativo, ao traçar um paralelo entre os movimentos ambientalistas e sociais, insistindo na questão moral). A grande incógnita é que como a questão social é tão ecológica quanto a questão ambiental e seja um caso de ética, e portanto de justiça, a solução - no entanto, não pode ser moral. Ou seja a mesma racionalidade aplicada à questão ambiental tem que servir para a solução social (um planeta só, um mundo só). Em síntese, deve haver regulamentação (Lipietz, 1988). É preciso radicalizar a tendência do próprio sistema em transformar tudo em mercadoria, isto é, tem que haver uma forma de incorporação de todos em um novo formato de mercado (a instituição do mercado é pública ou é privada?) Assim, chegar-se-ia ao espaço político genuinamente ecológico

Conclusão

A produção territorial, na verdade, é a produção de formas espaciais (naturais ou sociais) de recursos. Ou seja, o território é um espaço de recurso exclusivamente social. Pois, a produção de territorialidade é o resultado do trabalho social de transformação de espaço e seu conteúdo material em recurso. O território sendo recurso é um direito de todos que o construiu. Ou seja o território é um espaço que não é nem privado e nem estatal. É um recurso público. Produzido a partir dos materiais encontráveis num dado ambiente através de uma determinada prática social, o território é uma disponibilidade pública. Desse modo, a grande questão é sua regulação política. Pois, o cerne da incógnita política é o seu parâmetro econômico, melhor dizendo, é a síndrome do mercado. Pois, enquanto uma instituição pública o território demanda uma lógica gestonária emanada de uma participabilidade ampla e irrestrita. O mercado por ser seletivo, e não por qualidade, mas por lucratividade, então excludente, não reconhece a ligação umbilical indivíduo/meio, isto é, entre cidadão e recurso. Desse modo a cidadania reclama uma territorialidade (o fazer do território) que tenha uma formatação outra capaz de promover a troca das necessidades de qualquer participante de sua construção pelo recurso produzido. Ou seja pleiteia-se um mercado que aceite a cidadania como meio exclusivo de acessibilidade.

A base do argumento acima é a de que o *trabalho é a fonte do poder* (Raffestin, 1993). Como a territorialidade é trabalho, o poder que circula no território vem de quem o exerce. O problema é que politicamente o controle da gestão do território não tem como referencial a cidadania. Há uma tremenda articulação para dar ao mercado a chancela da governabilidade. Dessa forma, fica fácil entender o sucesso do ambientalismo. A economia ambi-

ental rima com a produtividade industrial, e portanto, incrementa a acumulação. Mas a mesma cientificidade que deslança a produção "ecológica" não é direcionada para sustentar a cidadania. Perante o mercado, a predação social por exclusão não se torna impasse como a predação ambiental.

Assim, a globalização da economia é uma exclusão globalizada (Santos, 1994). A territorialidade das redes tende a ser um caos confinado, *chaos borné*, onde a desconexão entre componentes (áreas marginalizadas ou vistas sem potenciais evidentes) é a tônica. Portanto, configura-se no âmbito planetário uma clivagem de mundos: uma setorização de contextos sob o signo da tecnologia e da competitividade exacerbadas, orientadas pela racionalidade utilitarista. A ecologia requer, no seu sentido mais profundo, uma sinergia que vise à sobrevivência tanto do planeta como da humanidade. Se o que importa é salvar *toda* o

planeta, claro fica que, também, importa salvar *toda* a humanidade. Portanto, uma racionalidade, no seu pleno sentido iluminista, é que continua valendo. A modernidade precisa incorporar o social.

Mas a síndrome da instabilidade, o processo de fase, coloca uma questão perante a extraordinária complexidade atual. Ou seja, o caos confinado do sistema, na sua efervescência caótica, onde estruturas produtivas primam pela extrema organizabilidade dentro do seu âmbito, mas, paradoxalmente, repelem obstinadamente qualquer normatividade externa, ou seja, padrões mercadológicos de procedimento, criando total instabilidade, gerando o clima de guerra da cotidianidade (Virilio, 1984), onde literalmente os meios justificam os fins, contém, assim, uma nula previsibilidade. Quer dizer, não há como planejar tecnocraticamente. A complexidade da instabilidade leva

forçosamente a uma nova racionalidade no planejamento. A dimensão política torna-se a diretriz do processo decisório. Assim, ganham crucial importância as formas de organização social no enfrentamento político de gestão dos problemas sociais. Ou seja, argumenta-se, aqui, sobre o caráter dos movimentos da sociedade organizada: se tendem a ser corporativos ou se buscam ser ideológicos. O raciocínio é que o referencial das questões sociais deve ser ideológico. E nesse sentido o fórum de discussão e implementação tem que ser o partido político, uma vez que a cidadania é uma questão estrutural.

Portanto, a produção da territorialidade com sustentabilidade ecossocial deve resultar num espaço de cidadania, de civilidade sócio-ambiental. Afinal, o território é um patrimônio público, porquanto recurso de toda a sociedade, portanto um manancial de democracia.

Bibliografia

- ATLAN, Henri. *Entre o cristal e a fumaça*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- BECKER, Berta K. A Amazônia após ECO-92: por um desenvolvimento regional responsável. In BURSZTYN, Marcel. *Parapensando o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense/IBAMA/Fundação Escola Nacional de Administração Pública, 1993. 161 p.
- ... EGLER, Cláudio. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- ... et al. *Gestão do território e (des)integração competitiva do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1993.
- ... *Logística: uma nova racionalidade no ordenamento do território?* In SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA 3. 1993. Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: IBGL, 1993. p. 59-62.
- BRUNET, Roger. Définition du chaos. *L'Espace Géographique*, Paris, n. 4, p. 315, 1990-1991.
- CASTELLS, Manuel, HALL, Peter. *Las tecnópolis del mundo*. Madrid: Alianza, 1994.
- COSTA, Wanderley M. da. *O papel dos fluxos internacionais nos cenários de planejamento ambiental*. São Paulo: [s.n.], 1995.
- DOLLFUS, Olivier. Chaos bornés et monde actuel. *L'Espace Géographique*, Paris, n. 4, p. 302-308, 1990-1991.
- DURAND-DASTÈS, François. La notion de chaos et la géographie, quelques réflexions. *L'Espace Géographique*, Paris, n. 4, p. 311-314, 1990-1991.
- ESTUDIO económico de América Latina y el Caribe. Santiago de Chile: CEPAL, 1951.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

- FRIEDMANN, John *Empowerment: the politics of alternative development* Massachusetts: Blackwell, 1992
- GLEICK, James *Caos: a criação de uma nova ciência* Rio de Janeiro: Campus, 1990
- HABERMAS, Jürgen *Conhecimento e interesse* Rio de Janeiro: Guanabara, 1987
- KUHN, Thomas *La structure des révolutions scientifiques* Paris: Champs Flammarion, 1983
- LIPIETZ, Alain *Miragens e milagres* São Paulo: Nobel, 1988
- MORAES, Antônio C. R. *A dimensão territorial nas formações sociais latinoamericanas* São Paulo: [s.n.], [199-?]
- _____. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro v. 4, n. 8, p. 166-176, 1991
- _____. *Geopolítica da instalação portuguesa no Brasil*. In _____. *Bases de formação territorial do Brasil*. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1991. Cap. 10
- MORIN, Edgar. Problemas de uma epistemologia complexa. In O PROBLEMA epistemológico da complexidade. Lisboa: Europa/América, 1984
- NOSSO futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991. 430p
- PRIGOGINE, Ilya. *O nascimento do tempo*. Lisboa: Edições 70, 1990
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. 269p
- ROUANET, Sérgio. *As raízes do Iluminismo*. São Paulo: Schwarz, 1987
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo: globalização e técnico-científico informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994
- SOUZA, Herbert de. O papel das ONGs e a sociedade civil em relação ao meio ambiente. In PLANEJAMENTO e políticas públicas. Rio de Janeiro: IPEA, 1992
- VIRILIO, Paul. *Guerra pura: a militarização do cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1984
- WALLERSTEFIN, Immanuel. *Geopolitics and geoculture*. New York: Cambridge University Press. Paris: Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1991

Resumo

Este texto discute a produção territorial em função da ecologia do seu suporte físico - ou seja, da disponibilidade dos materiais contidos no espaço onde o processo de territorialização vai se dar. Por outro lado, analisa também a ecologia das relações sociais enquanto motor do processo - isto é, a forma como o controle da produção dos recursos e o acesso aos mesmos são conduzidos visando à condição democrática. Seguindo esse rumo - situa-se o caráter atual da ciência, e em particular da Geografia, como abordagem do tema em questão. Como caracterização da discussão teórica, aborda-se, em linhas gerais, o desenvolvimento da construção territorial brasileira. Assim, traça-se uma conexão entre territorialidade - conotando produção territorial - e manejo ambiental - no sentido de gestão ecológica, e equidade social, significando participação política - ampla e irrestrita, reivindicando o caráter público do território.

Abstract

This text discusses the "creation of territory" in function of the ecology of its physical support, that is, of the availability of materials contained in the physical space where territorialization takes place. On the other hand, it also analyses the ecology of social relationships considered as motor of the process, that is, how production of resources and the access to them occur, as to guarantee democracy. The theoretical discussion concerns the "creation of territory" process in Brazil. It traces a connection between territoriality and social equity, emphasizing political participation, given the public aspects involved in territoriality.